MAIS 100 MILHÕES DE CONTOS A PERDER?

A Tarde - 1-8-87

Portugal poderá investir mais em Cabora Bassa

Portugal encara com abertura a sua eventual participação no alargamento do projecto da barragem de Cabora Bassa (que tão caro nos tem saído), segundo declarou ontem em Lisboa o secretário de Estado do Tesouro, António de Almeida, enquanto o ministro moçambicano da Indústria e Energia, António Branco, confirmava que a África do Sul está a ajudar a Frelimo a defender as linhas condutoras de electricidade dos ataques da Resistência.

António de Almeida, que falava no encerramento da reunião de dois dias da comissão mista luso-moçambicana sobre Cabora Bassa, acrescentou que tal participação será encarada no âmbito da rendibilidade do projecto.

O alargamento da barragem de Cabora Bassa está avaliado em cerca de cem milhões de contos.

Esta reunião foi o primeiro encontro entre os dois principais parceiros do projecto, depois da assinatura do acordo tripartido com a África do Sul, no passado dia 2 de Maio, na cidade do Cabo.

A protecção e reparação das linhas foi o aspecto mais marcante deste encontro, disseram fontes das duas delegações.

A reunião, agora concluída, visou igualmente a troca de informações sobre o esquema de defesa das linhas que está a ser garantido pela África do Sul e por Moçambique.

Neste momento, 23 postes de transporte de energia estão no chão, mas a quase totalidade da linha está sob controlo, disseram fontes próximas da reunião.

A construção da central de Chibate e o pedido de reserva de energia do complexo por parte de Moçambique foram outros aspectos abordados nesta reunião.

A delegação moçambicana foi chefiada pelo ministro da Indústria, António Branco, e integrava para além de vários técnicos o embaixador de Moçambique em Lisboa, João Baptista Cosme.

Pela parte portuguesa assistiram aos trabalhos, para além do chefe da delegação, técnicos ligados ao empreendimento e o embaixador em Maputo, Palouro das Neves.

O ministro da Indústria moçambicano confirmou que a África do Sul está a fornecer os meios logísticos e Moçambique os humanos para garantirem a defesa dos cerca de 700 quilómetros de linha em território moçambicano.

António Branco afirmou que os dois países estão a estudar o alargamento do projecto.

«A defesa da linha já não é o aspecto mais importante. Agora o que interessa é o desenvolvimento do projecto» — disse à NP, um elemento da delegação moçambicana.

O ministro moçambicano recusou-se a especificar o tipo de meios logísticos que a África do Sul colocou para a defesa da linha, afirmando que «isso é um assunto dos militares».

Ao abrigo do acordo existente para a defesa do empreendimento, de cuja energia eléctrica a África do Sul é o principal consumidor, Pretória está a contribuir para a protecção das linhas — indicou o ministro.

As linhas transportadoras da energia eléctrica que se produz na central Sul de Cabora Bassa têm sido muitas vezes danificadas por ataques da Resistência Nacional Moçambicana, movimento que, até ao princípio deste ano, Maputo dizia ser apoiado pela África do Sul.

A partir da assinatura do Acordo de N'Komati, em Março último, entre Pretória e Maputo, a Resistência deixou de poder contar com qualquer apoio do governo sul-africano e os dirigentes de Moçambique esperam que a sua actividade não se prolongue por muito mais tempo, embora até à data não se tenha verificado qualquer diminuição nas acções de guerrilha.

Portugal, que enquanto potência administrante de Moçambique antes de 1974, levantou a barragem de Cabora Bassa, continua a ser o principal proprietário do empreendimento e sofre enormes prejuízos sempre que não é possível vender energia à República da África do Sul.

Nessa base, não tendo sido ainda indemnizado de tudo aquilo que gastou para construir a central Sul, o Estado português encara normalmente com cepticismo os planos moçambicanos de uma nova central em Cabora Bassa, obra que segundo António de Almeida poderia vir a ser orçada no equivalente a mais de 100 milhões de contos.

Contudo, Portugal poderá vir a aceitar a ideia de nova central, na margem Norte do rio Zambeze, desde que fique demonstrada a utilidade da mesma, conforme declarou à Imprensa António de Almeida, chefe da delegação portuguesa nesta reunião.